Valor Econômico | 02/02/18 | BRASIL

Programas da era petista foram os mais afetados pelos cortes

Por Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília

No ano em que o governo promoveu queda real de 1% em suas despesas, programas vistos como "carros-chefes" dos governos anteriores registraram recuo de dois dígitos nos desembolsos e estão entre os maiores alvos de cortes. Os números evidenciam a mudança na direção da política econômica, em especial a fiscal, em ano marcado por restrições orçamentárias.

Dentre as rubricas com queda mais intensa, está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O pacote de investimentos criado ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva registrou queda de 32,2% nos gastos em 2017 - ou R$ 14,2 bilhões. Nessa rubrica estão também as despesas relativas ao Minha Casa, Minha Vida. O programa habitacional lançado na era petista teve redução de 56,1% no ano, ou R$ 4,7 bilhões. No total, os dispêndios com esses dois itens ajudaram a derrubar o investimento público para 0,69% do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa o menor patamar em ao menos 11 anos.

Outros itens que perderam espaço no Orçamento refletem decisões de corte tomadas ainda no segundo governo Dilma Rousseff, que já passava por uma crise fiscal. É o caso do item subsídios e subvenções, que teve recuo de 23,3%. Outra política de destaque no governo Dilma, mas que começou a ser desmontada já no seu segundo mandato devido ao ajuste fiscal, foi a desoneração da folha de pagamentos. As despesas nesse grupo caíram 23,9% em 2017. O governo pretende reduzir mais essa conta, pois enviou no ano passado um projeto de lei que praticamente extingue o programa, deixando apenas alguns setores de fora.

Outro exemplo de corte em programas petistas é o promovido no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e ampliado durante os governos Lula e Dilma. Destinada a financiar a graduação na educação superior, a política teve corte de 14,27% nas despesas - ou R$ 1 bilhão.

O corte total nesse grupo de despesas (PAC, Minha Casa, Minha Vida, subsídios e Fies) foi de 30,3% em relação a 2016. O valor da redução é de R$ 25,6 bilhões, superior a todo o aumento de R$ 17,7 bilhões da despesa com pessoal, a segunda maior fonte de gastos federais verificado no ano passado. O montante cortado também é próximo aos R$ 32,6 bilhões pagos a mais nos benefícios previdenciários.

O fato de a Previdência estar ocupando cada vez mais espaço no Orçamento, e limitando outras despesas, tem sido um dos pontos destacados pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, sobre o resultado fiscal do ano. Apesar de o Tesouro ter voltado a ser superavitário, o resultado foi todo "engolido" pelo pagamento de pensões e aposentadorias.

O esforço no lado da despesa foi



determinante para o resultado fiscal bem melhor que a meta. No total, os gastos tiveram queda real de 1% ante 2016, recuando de 20% para 19,5% do PIB. Felipe Salto, diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI), considera que os cortes feitos nas despesas vistas como "carros-chefe" de gestões anteriores representam mais uma necessidade fiscal do que mudança no viés da condução da política econômica.

Segundo ele, os cortes eram esperados pelos analistas, visto que não houve aumento de receitas e nem redução forte de gastos obrigatórios. "Era esperada forte contenção da despesa discricionária quando o novo governo entrou, justamente onde boa parte desses programas está incluída. Quando há ajuste sem aumento da carga tributária, os investimentos e esses outros itens acabam reduzidos."

Para Salto, o governo poderia ter preservado mais os investimentos e dedicado atenções (cortes) a outros itens, como o reajuste de servidores. Em 2017, houve crescimento de 7% na rubrica de pessoal em um ano com a lei do teto de gastos já vigente.

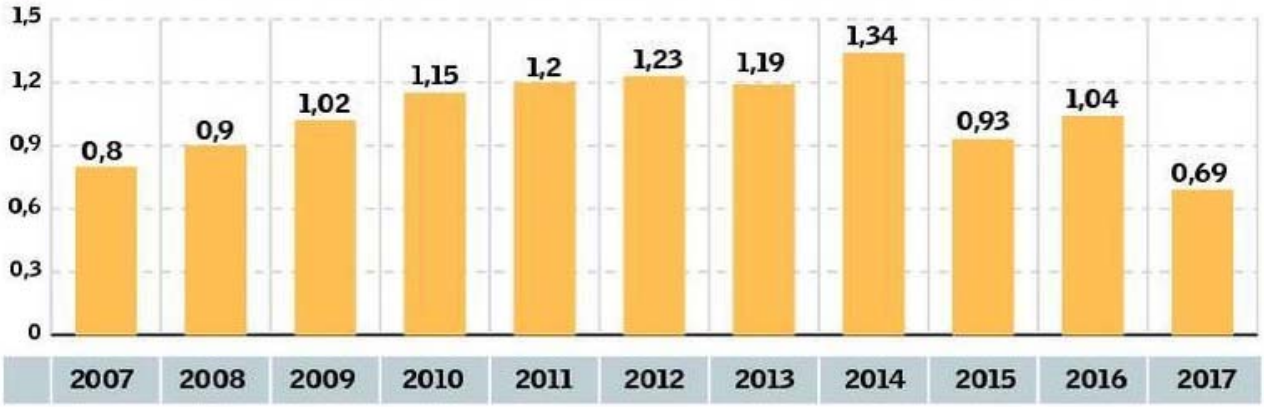
Nelson Marconi, economista e professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, afirma que o governo se excedeu na diminuição de investimentos. "O governo exagerou ao reduzir fortemente o investimento. É ruim cortar esse desembolso em um momento em que poderia estar ajudando tanto pessoas como empresas", diz.

Em queda

Despesa total do governo e em itens selecionados - R$ milhões*

	2016	2017	Variação (%)
Despesa total	1.309.576,9	1.296.283,6	-1,02
Itens selecionados	84.494,8	58.841,9	-30,36
PAC	44.045,4	29.883,7	-32,15
Minha Casa Minha Vida	8.325,7	3.652,8	-56,13
Subsídios, Subvenções e Proagro	24.783,9	19.020,1	-23,26
Fies	7.339,8	6.285,4	-14,37

Desembolsos com investimentos como percentual do PIB (em %)*



Fonte: Tesouro Nacional. *Valores de dezembro de 2017

O GLOBO | 02/02/18 | ECONOMIA

Com R$ 1 tri em caixa, Tesouro só pode usar 5%

Maioria dos recursos é vinculada a determinado fim, o que, segundo governo, prejudica execução de regra fiscal

MARTHA BECK

BRASÍLIA- Embora o Tesouro Nacional tenha em seu caixa quase R$ 1 trilhão (R$ 954,7 bilhões), a equipe econômica só tem liberdade para usar livremente 5% desse montante, ou R$ 47,4 bilhões. Isso ocorre por causa das vinculações de recursos do Orçamento, que obrigam que determinadas receitas sejam usadas apenas para um fim específico. Segundo dados divulgados pelo Tesouro esta semana, R$ 907,3 bilhões dos recursos líquidos depositados no caixa são vinculados. Deste total, R$ 604,9 bilhões fazem parte do chamado colchão de liquidez — uma reserva feita pelo governo para pagar detentores de títulos da dívida pública por um prazo de três a seis meses. O restante precisa ser destinado a áreas específicas, como educação, programas do governo e fundos setoriais, além de ser usado para transferências constitucionais para estados e municípios.

— Essa rigidez na alocação de recursos dificulta a execução da política fiscal. O governo fica com dinheiro no caixa que simplesmente não pode usar a não ser que mande um projeto de lei para o Congresso — disse um técnico da área econômica. Ele alertou para o fato de que essa rigidez prejudica não apenas a gestão orçamentária, mas o cumprimento da regra de ouro — pela qual o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes. Prevista na Constituição, essa norma estabelece que as operações de crédito do governo não podem ficar acima dos gastos com investimentos. Essa é uma forma de impedir que sejam feitas emissões de dívida para honrar gastos com folha ou com custeio, por exemplo. Seu descumprimento pode ser considerado crime de responsabilidade.

DESEQUILÍBRIO DE R$ 208,6 BI

O problema é que, devido ao desequilíbrio das contas do governo nos últimos anos, a equipe econômica foi obrigada a cortar despesas com investimentos ao mesmo tempo em que a dívida pública subiu muito. Assim, para 2018, os técnicos estimam que o desequilíbrio entre as operações de crédito e os investimentos está em R$ 208,6 bilhões. Para cobrir essa diferença, no entanto, a equipe econômica não pode lançar mão do caixa do Tesouro. Por isso, está em estudo uma série de medidas. A principal delas é a devolução de R$ 130 bilhões do BNDES ao Tesouro, que será usada para abatimento da dívida pública. Mas também será preciso fazer outros ajustes que contornem a rigidez orçamentária. Uma delas é uma revisão nos restos a pagar (despesas de anos anteriores). Neste caso, a ideia é editar um decreto permitindo que o governo cancele restos a pagar não processados (despesas antigas que foram contratadas, mas não liquidadas) e, com isso, tenha um espaço adicional no caixa no valor de R$ 48,3 bilhões.

EXTINÇÃO DE FUNDOS

Outra ação em estudo é a extinção de fundos, inclusive o Fundo Soberano, para receber o que está depositado neles. Isso vai dar uma folga extra de R$ 26 bilhões. Além disso, a equipe econômica vai consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de usar superávits de anos anteriores como fontes de receita para pagamento de despesas do Orçamento, o que também ajuda no cumprimento da regra. Os técnicos do governo alertam para o fato de que o engessamento do Orçamento no Brasil é o maior da América Latina e, talvez, o maior do mundo. Um levantamento feito pela agência Moody's aponta que o total de gastos obrigatórios no Orçamento no Brasil chega a 93%. O segundo lugar no ranking é da Costa Rica, onde o percentual chega a 88%.

FOLHA DE SÃO PAULO | 02/02/18 | EDITORIAL

Prioridades paulistanas

A omissão da maioria dos governadores e prefeitos, por covardia ou oportunismo, faz parecer que a tarefa de enfrentar a escalada insustentável das despesas com aposentados e pensionistas é exclusiva do governo federal. Longe disso. Veja-se o exemplo do recém-publicado balanço orçamentário do município de São Paulo, no qual os dispêndios com previdência chegam, em 2017,a R$ 8,5 bilhões, só atrás das com educação (R$ 10,3 bilhões) e saúde (R$ 9,9 bilhões). O mero cotejo desses montantes, porém, não revela por inteiro a distorção: os dados apontam também que o gasto com os servidores inativos cresceu na casa dos 10% acima da inflação — enquanto as verbas do sistema do ensino tiveram expansão real de 0,5%,e o desembolso total da prefeitura, queda de 3,2% (para R$ 47,4 bilhões).

Na prática, é como se a administração paulistana, à qual cabe zelar por mais de 12 milhões de habitantes, tivesse escolhido como prioridade o bem-estar de cerca de 100 mil pessoas — que nem de longe estão entre as mais necessitadas. Em todo o setor público nacional, os encargos previdenciários avançam com o envelhecimento da população e as normas que favorecem aposentadorias precoces. Vão tomando, assim, recursos antes destinados a outras áreas.

Em São Paulo, desabaram no ano passado os investimentos e as ações destinadas a melhorias urbanas. Dados os limites para a expansão das receitas,a de pauperação tende a prosseguir. Nesse contexto, merece aplausos a iniciativa da gestão João Doria (PSDB) de propor a reforma do sistema de seguridade dos servidores. Enviado à Câmara Municipal em dezembro,o texto prevê aumento, de 11% para 14%, da contribuição previdenciária do funcionalismo e um regime de contas individuais (semelhante aos planos privados) para os novos contratados. A situação orçamentária da prefeitura não chega a ser calamitosa como a do governo federal. Há tempo para evitar o desastre e viabilizar uma administração que vá além da mediocridade. Mas é preciso começar o ajuste já.



FOLHA DE SÃO PAULO | 02/02/18 | MERCADO

Parabéns pelo incentivo ao consumo!

NELSON BARBOSA

Parabéns ao governo por ter incentivado o consumo privado via FGTS e PIS em 2017

O Banco Central informou nesta semana que o deficit primário do setor público foi de R$ 110,6 bilhões em 2017, ante R$ 155,8 bilhões em 2016. Houve, portanto, redução de R$ 45,2 bilhões no deficit primário.

Isso faz parecer que a política fiscal foi contracionista no ano passado, mas, na prática, a situação foi diferente quando incluímos a liberação de saques do FGTS e do PIS na análise.

Em uma decisão correta, mas que contou inicialmente com a oposição do Ministério da Fazenda, a equipe econômica permitiu o saque de contas inativas do FGTS. Segundo estimativas do Ministério do Planejamento, somente essa medida injetou R$ 43 bilhões (0,7% do PIB) na economia em 2017.

Se adicionamos a liberação do PIS para idosos, temos mais R$ 16 bilhões de estímulo parafiscal para o crescimento, embora nesse caso somente R$ 2 bilhões tenham sido liberados no ano passado.

Do ponto de vista macroeconômico, a liberação de recursos do FGTS e do PIS aumentou a renda disponível do setor privado da mesma forma que uma desoneração tributária ou uma transferência de recursos via abono salarial ou seguro-desemprego.

Em outras palavras, os saques das contas do FGTS e PIS tiveram efeitos positivos sobre o nível de atividade e o emprego, como se o Estado tivesse aumentado seus gastos, mas sem impactar diretamente a dívida pública (boa medida heterodoxa, quase desenvolvimentista, mas não conte isso aos ortodoxos).

A liberação do FGTS foi especialmente importante para a recuperação do consumo no segundo trimestre de 2017, antes que a queda dos preços dos alimentos começasse a aumentar a renda real da população.

Considerando apenas o Orçamento fiscal, houve um impulso fiscal negativo de R$ 45,2 bilhões devido à redução do deficit primário no ano passado.

Porém, se incluirmos a liberação de R$ 43 bilhões pelo FGTS no cálculo, a contração fiscal e parafiscal foi de apenas R$ 2,2 bilhões em 2017. Adicionando a liberação de quase R$ 2 bilhões pelo PIS, vemos que o conjunto das ações da equipe econômica acabou sendo neutro sobre a renda e o emprego no ano passado (ufa).

Como a economia brasileira ainda está muito abaixo do seu potencial produtivo, não há problema em incentivar o consumo via FGTS e PIS, como foi feito em 2017. Existem recursos ociosos suficientes para atender a tal demanda sem comprometer o controle da inflação, como ficou evidente, também no ano passado.



O ideal teria sido que o incentivo ao consumo tivesse sido acompanhado de recuperação, ou ao menos estabilidade, do investimento público, mas isso é pedir demais ao fiscalismo de planilha que hoje domina o Ministério da Fazenda.

Nesse caso, houve exatamente o contrário. Os números de 2017 divulgados pelo Tesouro revelaram queda de 22% do investimento da União em termos reais.

Essa redução foi excessiva e desnecessária, sobretudo quando consideramos que o deficit primário ficou bem abaixo da meta de R$ 163 bilhões estabelecida para 2017. Realmente o Tesouro não tem o que comemorar do lado do investimento público.

De qualquer modo, parabéns ao governo por não ter ouvido nossos neoliberais de jardim de infância e ter incentivado o consumo privado via FGTS e PIS em 2017! Pena que o mesmo não valeu para o investimento público, mas, como sou otimista, espero que esse erro seja corrigido ao longo de 2018.